

ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA
DAS COMUNIDADES RURAIS DO
LAGO E DO ENTORNO DA
HIDRELÉTRICA DE CURUÁ-UNA



boletim informativo

JULHO
2014

3

HIDRELÉTRICA DE CURUÁ-UNA

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

PROJETO

**Mapeamento
Social**



como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Organização e resistência das comunidades rurais do lago e do entorno da hidrelétrica de Curuá-Una

boletim informativo

NÚMERO 3. JUNHO 2014

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elizabeth Acevedo Marin

COORDENAÇÃO REGIONAL

Solange Maria Gayoso da Costa
PPGSS/ICSA/UFPA
Judith Costa Vieira
ICS/UFOPA

EQUIPE DE PESQUISA

Solange Maria Gayoso da Costa
PPGSS/ICSA/UFPA
Judith Costa Vieira
ICS/UFOPA
Marcos Vinicius Costa Lima
UNAMA/INCS
Bruno Paracampo Mileo
ICS/UFOPA
Jefferson Costa Vieira
aluno UFOPA

ORGANIZAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Solange Maria Gayoso da Costa
PPGSS/ICSA/UFPA
Judith Costa Vieira
ICS/UFOPA
Marcos Vinicius Costa Lima
UNAMA/INCS
Bruno Paracampo Mileo
ICS/UFOPA

CARTOGRAFIA

Coleta de dados equipe de pesquisa;
ícones da legenda do mapa
lideranças sindicais do STTR
de Mojuí dos Campos

MONTAGEM E ARTE CARTOGRÁFICA

Marcos Vinicius Costa Lima
UNAMA/INCS
Suellen Paula Pinheiro Brito
FIBRA
Sulamita Vasques Batista
FIBRA

REVISÃO DESTA EDIÇÃO

Solange Gayoso, Judith Vieira
Bruno Paracampo Mileo e
Marcos Vinicius Costa Lima

FOTOGRAFIAS

Solange Gayoso
Acervo PNCSA – Núcleo Baixo Amazonas
Marcos Vinicius Costa Lima
Acervo PNCSA – Núcleo Baixo Amazonas
Jefferson Vieira
Acervo PNCSA - Núcleo Baixo Amazonas

CAPA/IMAGENS

Imagens Landsat GeoCover: 1986 e 2010
Mapa Situacional de Curuá Una

DESIGN E PROJETO GRÁFICO

Casa 8

As comunidades que vivem no entorno da UHE Curuá-Una ainda guardam a lembrança do que viveram, quando da construção da hidrelétrica. Naquela época, anos 1970, não se discutia sobre impactos ambientais, tampouco sobre direitos e riscos para as famílias que estavam localizadas próximo aos locais estratégicos para o empreendimento.

São constantes os relatos, ainda hoje, de alagamentos, doenças, morte de animais, dificuldades com a pesca dentre outras consequências negativas que a obra trouxera para suas vidas. Passados mais de trinta anos, sem que quase nenhuma melhoria efetiva tenha ocorrido, o discurso do desenvolvimento volta a justificar uma ampliação da hidrelétrica e consequentemente de seus efeitos na região do Curuá-Una.

“Nós não estamos vivendo um desenvolvimento, mas um atrasamento.”

TRECHO DA FALA DO SR. ARMANDO DURANTE O CURSO SOBRE “CONVENÇÃO 169 E ENFRENTAMENTO DE BARRAGENS NA AMAZÔNIA”, MOJUÍ DOS CAMPOS, JUNHO DE 2013

Não que a quimera do “desenvolvimento” não estivesse nos discursos e na motivação dos moradores do entorno da hidrelétrica. Nesses trinta anos, as comunidades se organizaram, se mobilizaram em sindicatos e associações e lutaram pela regularização de seus territórios e pelo reconhecimento de suas práticas produtivas. Acionaram o discurso do “desenvolvimento” dando um sentido localizado e coletivo a este termo.

Disputando os territórios com agentes externos, principalmente pecuaristas e mais recentemente com produtores de soja, estas comunidades continuam resistindo e reivindicando do Estado não só a terra, mas também políticas públicas que facilitem e favoreçam seus direitos territoriais e sua permanência efetiva em suas terras.



FOTO: SOLANGE GAYOSO, ACERVO PNCSA NÚCLEO BAIXO AMAZONAS, MOJUI DOS CAMPOS, SETEMBRO DE 2011

Tipo de vegetação existente no Lago da UHE de Curuá-Una

Histórico da UHE de Curuá-Una

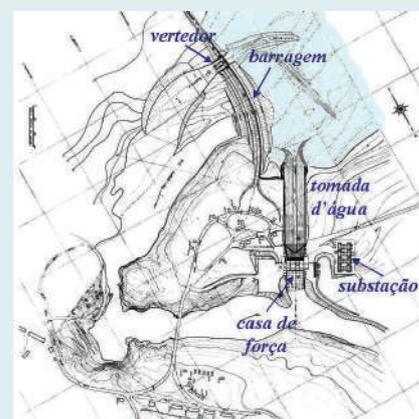
A Usina Hidrelétrica Silvio Braga no rio Curuá-Una ¹, mais conhecida como UHE Curuá-Una teve seus estudos iniciais na década de 1950 e sua construção concluída em 1977, juntamente com as demais obras de infraestrutura dos governos militares para a região amazônica. Não existindo a obrigação de realizar estudos prévios de impactos socio-

“Muita gente levantou com a água batendo no fundo da rede.”

TRECHO DO DEPOIMENTO DO SR. ARMANDO DA COMUNIDADE PAU ROSA, DURANTE O CURSO, JUNHO DE 2013

ambientais ou o reconhecimento de direitos às comunidades locais na época, a instalação ocorre com a remoção forçada da comunidade de Castanheira, inundando grande área verde para represar o fluxo dos rios para o funcionamento da hidrelétrica ².

De acordo com Saré, o projeto da UHE Curuá-Una foi elaborado em 1952 e previa inicialmente a potência total de 4MW. Em 1966, o projeto foi modificado em razão das previsões de crescimento populacional e ampliação de atividades industriais na região. A potência total foi ampliada para 40 MW, produzidos por 4 turbinas que seriam instaladas em etapas, de acordo com o aumento de demanda energética. Por consequência da modificação do projeto, o local de instalação do eixo da barragem também foi alterado durante a execução do projeto, saindo da cachoeira do Palhão para uma área com



Planta esquemática da UHE de Curuá-Una

FONTE: PIERRE ET AL., 1982. PUBLICADO EM SARÉ 2003



Usina hidrelétrica de Curuá-Una – Casa de força

FOTO: PUBLICADA NO LIVRO A HISTÓRIA DAS BARRAGENS NO BRASIL CBDB, 2011 ³

1. A palavra Curuá-Una tem sua origem no Tupi-Guarani e significa “Rio Escuro” (Curuá: rio e Una: escuro).

2. Conforme relatado por lideranças comunitárias nos encontros, reuniões e cursos realizados no âmbito do “Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais”.

3. A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello ; editor, Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011. 524 p.

terreno mais firme, que suportasse as novas características da usina ⁴.

A barragem de Curuá-Una, com 40 MW instalados está localizada no Rio Curuá-Una, na Cachoeira do Palhão (2°50' Sul e 54°18' Oeste), a 70 km ao Sudoeste de Santarém, no Estado do Pará. A maior parte (57,4%) do reservatório está localizada na Bacia do Rio Curuá-Una, outra parte se encontra em bacias de outros afluentes como o Rio Moju (11,7%), Mojuí (4,4%), e Poraquê (3,2%), e em vários igarapés menores (2,9%). O reservatório encheu de janeiro a maio de 1977, ocupando uma área de 72 km² em nível operacional, com 68m acima do nível do mar ⁵.

Em 1977, as obras da UHE Curuá-Una foram concluídas com duas turbinas. Na década de 1980 ocorre a instalação da terceira turbina e são realizados estudos socioambientais específicos na área da represa, realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e Museu Paraense Emílio-Goeldi – MPEG.

Em visita preliminar de pesquisadores do MPEG para acompanhar a construção da barragem do Aru, planejada para regular o volume de água do rio Curuá-Una, no início da década de 1980, já se identificava a concentração de pessoas residentes no entorno do lago e relatos sobre a poluição da água por ácidos liberados pela deterioração de matéria orgânica submersa no lago da UHE Curuá-Una, tornando-a imprópria para consumo e prejudicando o acesso dos comunitários aos recursos pesqueiros ⁶.

No ano de 2006, a Eletronorte adquiriu a UHE Curuá-Una do grupo Rede Celpa e planejou a implantação da quarta e última turbina, que possuía o vão de concreto já construído e foi prevista no projeto original. No ano de 2010, após o certame licitatório, contratou a Empresa Brasilencorp Engenharia, Meio Ambiente e Gestão Corporativa, para a execução de estudos ambientais necessários à regularização do licenciamento ambiental da UHE Curuá-Una, do Sistema de Transmissão Associado e da expansão de sua capacidade de geração, com implantação da quarta unidade geradora ⁷.



Tipo de vegetação existente no Lago da UHE de Curuá-Una

4. SARÉ, Alexandre Reis. Análise das condições de fluxo na barragem de Curuá-Una, Pará. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Engenharia Civil, 2003, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil

5. A área do reservatório também foi informada como 78 km² (Brasil, CEPEL/ELETROBRÁS, 1983: 4), 102 km² (Robertson, 1980) e 86 km² (Paiva, 1977: 17). FEARNSTIDE, Philip. M. As usinas hidroelétricas mitigam o efeito estufa? O caso da Barragem da Curuá-Una. Manaus, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2004.

6. Órgão de Divulgação do Museu Paraense Emílio Goeldi. Destaque Amazônico. Ano II. N 4. Fevereiro de 1985. nº 4500074204 de 05/11/2010 no valor de R\$ 1.400.000,00. (DOU, 215 de 10/11/2010, p. 131).

7. A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI : cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens / [coordenador, supervisor, Flavio Miguez de Mello ; editor, Corrado Piasentin]. - Rio de Janeiro : CBDB, 2011. 524 p.

Após a emancipação de Mojuí dos Campos, pela Lei Estadual 6.268, de 27 de dezembro de 1999, efetivada a partir da posse do primeiro prefeito em janeiro de 2013,

criou-se a situação da UHE Curuá-Una e eventuais benefícios ficaram nos limites administrativos de Santarém e das comunidades impactadas no novo município.

Impactos socioambientais nas comunidades da região do lago e entorno da UHE

A história recente da construção e implantação de hidrelétricas no Brasil tem sido marcada pelo conflito entre empreendedores e os agentes locais – populações atingidas, movimento social local e ONGs ambientalistas. Assim como, pelos impactos sociais e ambientais cujos efeitos resultam em situações de insegurança alimentar e dificuldades na reprodução social dos grupos familiares.

A construção de hidrelétricas de Curuá-Una, assim como outras UHE na Amazônia, provocou o deslocamento compulsório das famílias de agricultores e ribeirinhos residentes na antiga comunidade de Castanheira, os quais foram reassentados em outra localidade às margens do lago.

“Queremos citar a questão das hidrelétricas. Temos aqui em Santarém a hidrelétrica de Curuá-Una que foi instalada aqui na década de 1970 e que está no município de Santarém, mas que, digamos assim, o estrago, o impacto, está no município de Mojuí dos Campos. Para quem conhece lá a gente ficou com 2km de PA que divide os municípios Santarém e Mojuí e todo o estrago ficou no município de Mojuí.” LUIZ GONZAGA, ENCONTRO REGIONAL DO PROJETO MAPEAMENTO SOCIAL COMO GESTÃO TERRITORIAL, SANTARÉM, 2012

Natureza morta e as macrófitas no lago da represa: a contaminação das águas e dos peixes

Em toda a região do lago há milhares de árvores mortas por falta de oxigenação das raízes. Na época da construção da represa as árvores não foram retiradas, permanecendo, até hoje os troncos em pé. Na margem do novo leito a água



Tipo de vegetação existente no Lago da UHE de Curuá-Una

FONTE: PIERRE ET AL., 1982. PUBLICADO EM SARÉ (2003)



Casa de força da UHE de Curuá-Una

tem invadido a floresta provocando a morte de outras árvores. Na área da barragem há enorme incidência de plantas aquáticas (macrófitas), principalmente mururés. O não desmatamento da área inundada provocou a liberação de ácidos (inclusive ácido sulfídrico), decorrente da deterioração de matéria orgânica submersa no lago, ocasionando a poluição da água. D. Maria Mota relembra desse período: “há 32 anos atrás se você tomasse banho, você não dormia”. A poluição da água resultou ainda na contaminação dos peixes, sendo impossível o consumo pelas famílias. No relato de D. Maria Isolda: “quando chegamos, em 1981, os peixes estavam todos contaminados; nós abríamos o peixe e ele estava cheio de vermes, não dava pra comer”

Emissão de gás carbônico

As barragens de usinas hidrelétricas também provocam emissões de gás carbônico formado pela decomposição, das árvores em pé acima da superfície da água; e o metano resultante da decomposição da vegetação aquática do lago, como as macrófitas e a vegetação que cresce na

zona de deplecionamento (*drawdown*) que inunda, quando a água do reservatório é elevada. Segundo Fearnside (2004), no ano de 1990, treze anos após o enchimento, a Represa de Curuá-Una emitiu 3,7 vezes mais gases de efeito estufa do que teriam sido emitidos gerando a mesma quantia de eletricidade através da queima do petróleo

O perigo de navegar pelo lago

As distâncias a serem percorridas pelos moradores residentes no entorno do lago constitui-se numa dificuldade a ser superada diariamente. Os milhares de troncos submersos tornaram-se um perigo eminente com riscos de perfuração das embarcações utilizadas pelos moradores como meio de transporte.

Quando as comportas são abertas e o lago seca, o deslocamento dos moradores fica ainda mais perigoso e custoso, pois há o aparecimento das quedas d'água (cachoeiras) em São José do Aru e Barreirinhas, aumentando os riscos de alagamentos das embarcações.

O Curuá-Una e o impacto de uma nova represa

Projeta para regular o volume de água do rio, a barragem do Aru terá todas as etapas de sua construção acompanhadas por uma equipe de cientistas do Museu.

A 70 quilômetros de Santarém, o segundo maior município do Pará, situado às margens do rio Tapajós, está instalada a usina hidrelétrica de Curuá-Una, no rio do mesmo nome. Alguns quilômetros após o reservatório está o que antes da barragem foi a Cachoeira do Aru, submersa pelas águas do lago da hidrelétrica. É ali que uma equipe de pesquisadores do Museu Goeldi esteve durante uma semana, em dezembro, para o levantamento inicial da área que sofrerá o impacto com a construção da nova barragem.

A barragem do Aru, de responsabilidade do Governo do Estado, servirá para regular o volume de água do rio Curuá-Una, aumentar o potencial hidrelétrico da usina e fornecer energia para a região. A convite da Celpe (Centrais Elétricas do Pará), a equipe de pesquisadores do Museu das áreas de Botânica, Zoologia, Ciências Humanas e Geociências, vai elaborar um projeto que inclui o inventário botânico e zoológico da área a ser inundada, o controle da água e o reassentamento das populações remanescentes.

A viagem de dezembro foi o passo inicial nesse sentido e permitiu que a equipe do Museu tivesse uma primeira visão da área e das consequências sofridas com a construção da hidrelétrica.

A inundação da floresta pelo lago alterou o equilíbrio ecológico

Em todo o trecho próximo à represa do Curuá-Una há milhares de árvores mortas por falta de oxigenação das raízes. Como a área não foi desmatada e a madeira, consequentemente, não foi retirada, até hoje permanecem de pé os troncos secos. Conforme observações dos botânicos do Goeldi, na margem do novo

leito a água tem invadido a floresta provocando a morte de uma parcela de árvores.

A vegetação se caracteriza por uma graduação que vai de floresta densa a mata de cipós. Na área onde será construída a barragem há enorme incidência de plantas aquáticas (macrófitas), especialmente mururés (*Eichornia* spp.) e canaranas (*Enchoia* spp.). O não desmatamento de todo o trecho inundado provocou a liberação de ácidos, inclusive ácido sulfídrico, que poluíram a água. Além de matar os peixes (ictiofauna) ali existentes, reduzindo sensivelmente a população, o ácido correu as turbinas da usina sendo necessário a troca e o revestimento das pás com inox.

Por outro lado, esse ambiente fez com que se desenvolvessem espécies predadoras, como a piranha, bastante numerosa no local. Segundo informações dos moradores locais, resultado de observações empíricas sem qualquer base científica, é grande a quantidade de peixes com vermes. Esse fenômeno, conforme os pesquisadores, ocorre em certas épocas nos lagos do Baixo Amazonas mas, ao que parece, na área da barragem tornou-se endêmico.

Apesar disso, a água do rio, de acordo com as análises físico-químicas, está dentro dos limites toleráveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Por isso mesmo, afirmam os pesquisadores do Museu, é necessário o monitoramento da qualidade da água de forma a que se criem subsídios que permitam o controle das modificações a serem registradas quando o ambiente natural for mais uma vez alterado. A geóloga Lourdes Ruivo, do Goeldi, recomenda ainda a instalação de uma estação de tratamento para melhorar a qualidade da água consumida pelos moradores da vila residencial da Celpe, instalada na área.

Ao longo da bacia do Curuá-Una, até o Aru, é grande o número de povoações

de Ciências Humanas constataram que os moradores da área próxima à quase 200 habitações, sendo que a grande maioria dos núcleos populacionais se concentra na margem esquerda do rio.

Os pesquisadores do Departamento

de Ciências Humanas constataram que os moradores da área próxima à quase 200 habitações, sendo que a grande maioria dos núcleos populacionais se concentra na margem esquerda do rio.

Os pesquisadores do Departamento



No lago da hidrelétrica do Curuá-Una, as árvores submersas.



A bacia do Curuá-Una, que sofreu influência da barragem

de Ciências Humanas constataram que os moradores da área próxima à usina chegaram ao local com as frentes de trabalho para a construção da hidrelétrica. Boa parte deles veio de fora da Região, em especial do Maranhão e Piauí, atuando como capinadores ou vigias. Uma vez concluídas as obras, esses trabalhadores sem especialização fixaram-se na área e estabeleceram ligação direta com a terra, cultivando a roça, criando algumas cabeças de gado, pescando etc. Em uma área bem abaixo da usina os pesquisadores observaram que predomina a pequena produção agrícola.

Ali, a imensa maioria das roças cultiva mandioca e, num segundo lugar, bananeras. Conforme os pesquisadores isso indica a reprodução da tecnologia nativa nas atividades destas populações, observações reforçadas pelo fato de que é constante a presença de casas de farinha junto às habitações.

Mas não há apenas pequenas roças ao longo do Curuá-Una. Toda a área é ocupada, não no sentido do assentamento de populações, mas de ser propriedade inclusive de grandes empresas. Há enormes extensões de terra destinadas a fazendas, sem uso.

Pequenas roças, fazendas e um fluxo comercial regular

Nesse primeiro contato com a população foi possível ainda observar que existe no local um fluxo comercial expressivo e regular ao longo da bacia. Durante o período da excursão a equipe registrou a presença de oito barcos a motor, cinco deles de aproximadamente dez toneladas. A maior parte era para transporte de pessoas e cargas e dois de uma missão protestante.

FONTE: MATÉRIA PUBLICADA PELO ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. DESTAQUE AMAZÔNICO. ANO II. N 4. FEVEREIRO DE 1985



FOTO: MARCOS VINICIUS COSTA LIMA, ACERVO PNCSA NÚCLEO BAIXO AMAZONAS, MOJÚÍ DOS CAMPOS, SETEMBRO DE 2011

Barragem da UHE de Curuá-Una

Diminuição do estoque do pescado

Na atualidade as dificuldades para o consumo de pescado estão relacionadas à diminuição das espécies na região do lago por consequência da barragem.

“Hoje você pegar peixe é com muita dificuldade. O charuto é por época que vem na malhadeira. Com essa represa diminuiu muito a quantidade de peixe. O que tem é o que ficou lá há mais de trinta anos. No rio Curuá-Una tem mais peixe que no rio Moju.” D. MARIA MOTA, CURSO CONVENÇÃO 169, MOJÚÍ DOS CAMPOS, 2013

Encarecimento do deslocamento e a dificuldade em comercializar a produção agrícola

Outra dificuldade provocada pela extensão do lago é o encarecimento do deslocamento. Em média leva-se um dia inteiro ou dois para viajar até a cidade de Santarém a fim de comercializar a produção.

“De Nova Canaã leva um dia de viagem. Sai às cinco da manhã chega na Castanheira (comunidade) pega o ônibus com a carga pra vender em Santarém. Um saco

Ocorrência de peixes na região segundo levantamento do Museu Goeldi – 2003

Charuto	Acari,
Piranha-preta,	Mandubé,
Tucunaré (açú, amarelo, pinima),	Piranha-branca,
Aracu, Branquinha,	Curimatá,
Surubim,	Reque-reque,
Cará,	Mandí,
Traira,	Jatuarana,
Pacu,	Pacuzinho,
Piranha-mafura,	Piranha-caju.

4°30'0"W

54°20'0"W

54°10'0"W

Organização e resistência das comunidades rurais em Mojuí dos Campos (PA)

2°40'0"S

2°50'0"S

3°0'0"S



BELTE

3°10'0"S

3°20'0"S

3°30'0"S



MOJUÍ DOS CAMPOS

Localização de Mojuí dos Campos no Estado do Pará



54°50'0"W

54°40'0"W

54

Fontes Cartográficas

Encontros e reuniões de trabalhos
 STTR Mojuí dos Campos - 2011 a
 IBGE - 2012 / Greenpeace - 2009 / I
 - 2012 / IDESP - 2012 / MPEG -
 Sist. de Projeção UTM / Datum SI
 Cartografia: Marcos V. da C. Li
 Sulamita Vasques Batista
 Suelen Paula Pinheiro Brito

Quadro 1

Denúncias de conflitos e atos de violência contra pequenos agricultores e trabalhadores rurais e exploração ilegal de madeira, registrados pela imprensa local de Santarém e IBAMA na região da UHE da Curuá-Una e entorno – 2002 a 2013.

DENÚNCIA	LOCAL	DENUNCIANTE	MÊS/ANO
Invasão de terra para extração de madeira	Rio Curuatinga/ Gleba Pacoval	Agricultor familiar	Julho/2002
Ameaças de expulsão de moradores	Rio Curuatinga / Gleba Pacoval	Comunidades Locais	Julho/2002
Roubo de terras através de procuração assinada sem pleno esclarecimento	Rio Curuatinga	Agricultor familiar	Fevereiro/2003
Grilagem de terras	Município de Prainha3	Liderança comunitária	Março/2003
Grilagem de terras e ameaças e intimidação de moradores	Gleba Pacoval	Associação Bom Jesus	Abril/20030
Invasões de terras e incêndio	Gleba Pacoval/próximo ao PA Corta Corda	Agricultores Familiares	Outubro/2003
Invasões de terras e ameaças a moradores: 25 casas e plantações incendiadas	Comunidade de Vila Nova no rio Curuatinga	Agricultor Familiar-	Abril/20046
Grilagem de terras – retirada de madeira e abertura de picos	Região do Curuatinga	Agricultor Familiar	Maió/2004
Grilagem e invasão de terras	Região do Ituquí	STTR	Maió/2004
Invasões de madeireiros e sojeiros	Comunidade de São Francisco/Gleba Nova Olinda-	Liderança Comunitária	Agosto/2004
Grilagem de terras	Rio Moju no Planalto Santareno	Lideranças comunitárias-	Setembro/2004
Grilagem e invasões de terras para retirada ilegal de madeira	FLONA Tapajós	Gerente da FLONA	Outubro/20043
Grilagem e invasões de terras	Região do PA Corta-Corda	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Água Azul (APRAZ)	Outubro/2004
Denúncia de existência de milícias para disputar área de mais de 1 milhão de hectares	Rio Curuatinga – Gleba Pacoval	Imprensa local	Novembro/2004
Ameaça de morte	Rio Curuatinga – Gleba Pacoval	Delegado sindical	Março/2005
Grilagem e desmatamento	PA Corta-Corda – Gleba Curuá-una	Moradores locais	Fevereiro/2006
Grilagem de terras e abertura de pista clandestina de oito Km	Comunidade de Cupim no município de Prainha	SECTAM	Março 2006
Madeireiros e grileiros acusados de contratar pistoleiros para matar lavrador	Assentamento Curuá I/ comunidade de Barreirinhas	Associação Intercomunitária de Trabalhadores e Trabalhadoras Agrícolas dos Rios Curuá-Una e Curuatinga	Novembro/2007

DENÚNCIA	LOCAL	DENUNCIANTE	MÊS/ANO
Grilagem de terras e ameaças de morte a lideranças comunitárias	Comunidade de Repartimento, no rio Curuá-una/ Gleba Pacoval	STTR de Santarém	Novembro/2007
Ameaça de expulsão de moradores com processo judicial em curso: agricultora familiar contra sojicultor	Comunidade de Majary, no município de Prainha	CPT	Setembro/2008
Ibama apreende duas balsas com madeira em Santarém/PA	Rio Curuatinga	IABAMA	Dezembro/2012
Incêndio de casa e ameaça de morte de comunitário	Rio Curuatinga	Imprensa local	Novembro/2011
Operação Onda Verde do Ibama apreende 8 mil m3 de madeira ilegal no oeste do Pará	Rio Curuatinga	IBAMA	Fevereiro/2013

Sobre a produção do mapa

Para a produção do mapa considerou-se, além de fontes secundárias e documentais, as informações levantadas durante reuniões e encontros de trabalho com delegados sindicais e a diretoria do STTR de Mojuí dos Campos realizados na sede do sindicato ocorridas em 22 de julho e 08 de setembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2014; trabalho de campo na comunidade de Xavier às margens do Lago da UHE Curuá-Una e nas rodovias Curuá-Una e Santarém-Jabutí, ambos realizados em setembro de 2011.

Durante o trabalho de grupo no encontro regional “Encontro Regional Identidades Coletivas e Territórios Tradicionais no Oeste do Pará”, realizado em Santarém nos períodos de 12 a 14 de novembro de 2012. Uma outra etapa de coleta de informações ocorreu durante o curso “Convenção 169 e enfrentamento de barragens na Amazônia”, realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2013, em Mojuí dos Campos, na sede do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com a participação de lideranças de comunidades residentes no lago e entorno da UHE de Curuá-Una, momento este em que as lideranças sindicais, além de identificarem novas situações a serem representadas no mapa, elaboraram os ícones das legendas.

Colaboraram com as informações e reflexões para a produção do mapa

Antonio Miranda, Antonio Valdir, Armando Rodrigues Alves (Com. Pau Rosa), Claudeyane Maia Costa (Com. Pau Rosa), Cleudemir Oliveira da Silva (Com. Nova Galiléia), Elisangela Cunha Mendes (Com. Igarapé Seco), Francisco de Meneses (Com. São Francisco do Poraquê), Irene Domingos Silva (Com. Alto Alegre), José Hipólito, Luiz Gonzaga, Maria das Graças Dias Silva (Com. Vista Alegre), Maria das Graças Torres (Com. Santa Terezinha), Maria Ioneide Paiva de Sousa (Com. Xavier), Maria Mota da Silva (Com. Vista Alegre), Maria Oldaisa dos Santos (Com. Santa Maria), Maria Raimunda Silva Oliveira (Com. Fortaleza do Poraquê), Mario Augusto dos Santos (Com. de Xavier), Odinei Nascimento Cancio (Com. Nova Canaã), Pedro Aires dos Santos (Com. Vista Alegre), Raimundo Olavos Silveira (Com. Santa Maria do Arú).

de farinha chega a Santarém por R\$ 7,50. Passagem R\$ 15,00, mais lanche. Tem que produzir muita farinha, muito milho, muito feijão para tirar algum (refere-se ao retorno financeiro da venda da produção).” ODINEI, ENCONTRO REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS, SANTARÉM, 2012

Insegurança alimentar

A insegurança alimentar passou a ser uma preocupação nas comunidades locais. Resultado de vários fatores que, vão desde a diminuição do estoque da pesca e caça, assim como, a diminuição da produção agrícola local, consequência do processo de expropriação dos pequenos agricultores em virtude dos conflitos agrários, do crescimento da incorporação de terras à pecuária e à sojicultura e da migração dos jovens para outras atividades de trabalho.

“(…) como muitos comunitários venderam suas terras, as escolas fecharam. Nossos filhos tiveram de ir estudar pra outras comunidades. (….)As dificuldades aumentaram. As pragas também aumentaram. Na nossa lavoura, a gente não produz mais como antes o feijão. Agora ninguém mais planta feijão porque a gente só consegue tirar alguma coisa se tiver agrotóxico ou alguma coisa pra tirar a praga. Se não for é trabalho perdido e tudo se produz menos.” TRECHO DA FALA DE LIDERANÇA SINDICAL DO STTR DE MOJUÍ DOS CAMPOS DURANTE REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA ELABORAÇÃO DO BOLETIM, MOJUÍ DOS CAMPOS, 22 DE JULHO DE 2011

“(…) Tem a diminuição da produção da farinha. Diminuiu a mão-de-obra no roçado. Os jovens estão sendo contratados por empresas que prestam serviços na região, como a GEORADAR. Ela fez reunião em Vista Alegre e expôs o trabalho e falou sobre a exploração do petróleo; explicou que se achar petróleo no terreno do colono, o colono tem direito a 1% do recurso. Explicaram que não tem nenhum perigo para a região. As pesquisas estão em Monte Alegre, Poraquê, São Francisco, Xavier, Praia Grande, PA Jabuti toda (….)” D. MARIA MOTA, CURSO CONVENÇÃO 169, MOJUÍ DOS CAMPOS, 2013

Situações de conflitos nas comunidades da região do lago e entorno da UHE

Agregam-se as dificuldades das famílias às situações de conflito envolvendo a pesca clandestina, a exploração madeireira e a chegada de grandes pecuaristas e sojicultores na região de Mojuí dos Campos.

Os conflitos de pesca

Os relatos das lideranças locais indicam a existência de conflitos de pesca, especialmente porque esta região é também a mais visitada por pescadores de fora



Participantes do curso “Convenção 169 e enfrentamento de barragens” na Amazônia”

FOTOS: JEFERSON VIEIRA, ARCEVO PNCSA NÚCLEO BAIXO AMAZONAS, MOJUÍ DOS CAMPOS, JUNHO DE 2013

da comunidade. Segundo as lideranças, as pescarias geralmente são realizadas por empresários locais que buscam divertimento, assim como por pescadores comerciais que buscam a comercialização do pescado do lago, principalmente Tucunaré, Curimatá e Branquinha.

“Eles sobem com a rabeta cheia de isopor, ai eles comercializam e nós que ficamos lá no lago falta peixe”. SR. MÁRIO, ENCONTRO REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS, SANTARÉM, 2012

Grilagem de terras e conflitos agrários em decorrência da exploração ilegal de madeiras

Na região da UHE de Curuá-Una são recorrentes os conflitos agrários e atividades de grilagem de terras e exploração ilegal de madeira. Segundo dados publicados no jornal Gazeta de Santarém, entre os anos de 2002 e 2003 foram abertos na Procuradoria da República mais de 70 procedimentos administrativos sobre conflito agrário e grilagem de terras, dos quais 53 foram transformados em inquéritos na Polícia Federal. Tais inquéritos indicaram a existência de um grande esquema de grilagem instalado na região, em março de 2004 o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar (deferida em 02 de abril de 2004 pelo juiz da Justiça Federal da Vara Única de Santarém) com objetivo de combater a grilagem nas Glebas Pacoval, na região do rio Curuatinga e rio Moju, Gleba Curuá-Una, principalmente, na área do Assentamento Corta Corda ⁹.

Na região do rio Curuatinga, desde o ano de 2012, o IBA-MA vem realizando operações de combate a exploração ilegal de madeira.

Grilagem de terras e conflitos agrários em decorrência da pressão pela negociação de terras para instalação de pasto e plantios de soja

Em meados dos anos de 1990 do século XX e na primeira década dos anos 2000 do século XXI, registraram-se ocorrências de conflitos agrários, na região da Curuá-Una, provocados pela corrida em busca de terras aráveis para a plantios de soja na região. Até hoje essa região é pressionada pela grilagem de terras e negociações de venda de terras para instalação de pasto e depois plantios de soja.

Esse processo tem provocado o deslocamento compulsório de muitas famílias que ficam impedidas de continuar sua atividade de pequena agricultura familiar. Entre os anos de 2000 e 2002, segundo o STTR de Santarém, mais 500 famílias tinham sido forçadas a abandonar suas terras. Em 2009, o Greenpeace publicou o resultado de um levantamento, realizado entre maio de 2007 e junho de 2008, no qual foram identificadas 27 comunidades reduzidas e 07 comunidades extintas ¹⁰.

O combate à grilagem de terras na região feito pelas autoridades federais, estaduais e municipais, assim como a ação efetiva do STTR de Santarém em denunciar os atos de violência e operações ilegais na região, como também, as ações de apoio aos pequenos agricultores, a exemplo da campanha “Não abra mão da sua Terra”, contribuíram para desacelerar esse processo.

As lideranças sindicais locais apontam para novo aquecimento do mercado de terras e consequentemente o surgimento de novas situações de ameaças, conflitos e expulsão dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais na região.

“Aqueceu a venda de terras. Compra o terreno do lado, do centro, o vizinho do lote do meio é obrigado a vender o seu lote. Compra a terra pra fazer pasto, depois soja. Na nossa região a gente caça, pesca... quando chega o fazendeiro aí a gente não pode mais caçar.” Depoimento de

Operação Onda Verde do Ibama apreende 8 mil m³ de madeira ilegal no oeste do Pará

“O Ibama apreendeu cerca de oito mil m³ de madeira ilegal (320 caminhões cheios), quatro motosserras, dois geradores e desativou cinco portos clandestinos de embarque de toras ao longo dos rios Curuatinga e Curuá-Una, a 170 km de Santarém, no oeste do Pará. Na ação — uma das primeiras investidas do instituto desde o início da Operação Onda Verde no estado, em fevereiro —, dezenas de acampamentos de madeireiros também foram localizados e desmontados no interior da floresta. Esta é a segunda vez em pouco mais de três meses que o Ibama interrompe atividade madeireira irregular nas margens do Curuatinga. Em novembro de 2012, os agentes apreenderam 915 toras, dois tratores e um caminhão na região. “Estamos rastreando os destinos da madeira retirada do Curuatinga, os planos de manejo envolvidos nas fraudes que permitem que ela chegue ‘esquentada’ ao mercado de Belém e vamos responsabilizar as empresas que financiam todo esse crime ambiental”, explica o chefe da Fiscalização do Ibama em Santarém, o analista ambiental André Gustavo”.

9. GAYOSO DA COSTA, S. Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. 2012, 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, 2012.

10. Tal levantamento foi realizado pelo Greenpeace, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e Projeto Saúde Alegria, na região de Belterra e Santarém.

liderança sindical durante o encontro regional do Baixo Amazonas, Santarém, novembro de 2012

“O preço está girando em 300m² chega a R\$ 1500,00. Há um novo aquecimento da compra de terras. As dificuldades levam as pessoas a vender a terra. Confecciona o documento incluindo terreno não comprado. Força a pessoa... – Se você vender pra mim eu deixo vocês trabalharem. Se for outro dono vai ser difícil tu ficares. – O agricultor vira empregado/diarista”. DEPOIMENTO DE LIDERANÇA SINDICAL DURANTE O ENCONTRO REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS, SANTARÉM, NOVEMBRO DE 2012

A não regularização fundiária e a insegurança da posse da terra: conflito entre as demandas dos trabalhadores rurais e as políticas governamentais

A disputa pelas terras ao redor da UHE de Curuá-Una é permanentemente agravada pela insegurança da posse. Tais terras, que embora não regularizadas, estão ocupadas e cheias de vidas e histórias construídas há décadas pelos pequenos agricultores. O desconhecimento

do Estado sobre os ocupantes e a forma de ocupação destas áreas favorece o clima de tensão e violência já tão conhecido e divulgado na Amazônia. E isto ocorre, justamente, porque o pequeno pretende continuar a viver na terra que tanto trabalhou e os que chegam pretendem se apropriar delas.

Esta situação de disputa pela terra e pelos recursos nela existentes tem levado os trabalhadores rurais a se organizarem e discutirem com o órgão fundiário formas de regularização fundiária para lá. Os pleitos destes moradores no INCRA, órgão responsável por esta tarefa já que as terras em questão são pertencentes à União, sempre giraram em torno do reconhecimento da ocupação em lotes familiares legalizáveis através da emissão de títulos individuais de propriedade.

A despeito de o pleito formal de parte dos moradores do entorno da Usina já tenha sido feito há vários anos sem nenhuma resposta do INCRA, em 2006 foi decretado

14 JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS

GERAIS

SANTARÉM, QUARTA-FEIRA, 24 A 30 DE JANEIRO DE 2004

Trabalhadores dizem não a venda de terras

A decisão foi tomada em uma assembléia com a participação de mais de 1.200 trabalhadores



Trabalhadores, reunidos em assembléia, decidiram continuar a campanha contra a venda de suas terras



■ FAUJO LEANDRO LEAL
Do Redação

Mais de 1.200 trabalhadores rurais se reuniram em assembléia na última segunda-feira, 19, em Santarém para dizer não à venda de suas terras. A assembléia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), acontece todos os anos e traça as diretrizes de luta em favor dos pequenos agricultores e trabalhadores do campo. Além da campanha contra a venda de terras aos grandes produtores que chegam de fora, as bandeiras de luta incluem a defesa do meio ambiente e o uso de novas tecnologias na agricultura familiar.

A assembléia teve a participação de trabalhadores de 10

das estas regiões enviaram representantes à assembléia, que contou também com representantes de diversas entidades.

Estavam representadas a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI), da Fetagri do Baixo Amazonas (FETAGRI-BAM), da associação da Resex Tapajós Arapiuns (Tapajocara), do Conselho Intercomunitário da ONG Saúde e Alegria e da própria ONG. A grande participação de trabalhadores e entidades demonstra a preocupação com as questões agrárias de Santarém e região.

Segundo Ivete Bastos, presidente do STR de Santarém, os conflitos pela terra cresceram assustadoramente nos últimos anos, especialmente de 2001

começaram a comprar terras e a grilar terras em área de floresta, que já pertenciam a populações que vivem à base do agroextrativismo. “Isso causou um desordenamento fundiário muito grande”, afirma a sindicalista.

O sindicato iniciou ano passado a campanha “Não abra mão de sua terra”, que incentivava os pequenos agricultores a permanecerem na terra, mesmo com as condições precárias de sobrevivência. Resistindo ao aumento do preço pago pela hectare e principalmente as pressões por parte de grupos econômicos fortes, os pequenos agricultores atenderam à campanha e a venda de terras diminuiu consideravelmente ano passado. “O exodo rural caiu muito”, comemora

que estamos recebendo”, garante a sindicalista, que assinou junto com outros integrantes da diretoria um documento encaminhado ao Ministro da Justiça, Tomás Bastos, com denúncias de ameaças a sindicalistas que são contra a grilagem de terras na região. O mesmo documento foi enviado à presidência nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e mais uma dezena de órgãos federais, estaduais e de defesa dos direitos humanos.

Segundo Ivete, as ameaças a sindicalistas não vão parar o trabalho em defesa dos pequenos agricultores. “Não temos medo de morrer, pois se isso acontecer têm muita gente





FOTO: SOLANGE GAYOSO. ACERVO PNCSA NÚCLEO BAIXO AMAZONAS, MOJUÍ DOS CAMPOS, SETEMBRO DE 2011

Tipos de embarcações usadas pelos moradores do Lago da UHE de Curuá-Una

um Projeto de Assentamento Coletivo – PAC Bom Sossego ¹¹. A Criação deste assentamento foi feita, segundo o relato dos moradores, desconsiderando qualquer antiga reivindicação deles e nem mesmo fazendo qualquer discussão com os mesmos sobre qual seria a melhor forma de proteger seus territórios. Foi uma decisão autoritária tomada em gabinete segundo depreende-se dos relatos.

“(…) como garantir o povo se o governo não dá assistência. São 100mil hectares de assentamento, onde os grandes estão lá dentro – PAC Bom Sossego. Não seria bom por causa da diversidade de gente que está lá. O melhor seria marcar o lote individual para evitar mais conflitos. São 18 comunidades e cerca de 600 famílias. Tem áreas de 10.000 hectares, 20.000 hectares, 25.000 hectares. Tem madeiras, soja e pequeno agricultor.”
 TRECHO DA FALA DE LIDERANÇA SINDICAL DO STTR DE MOJUÍ DOS CAMPOS DURANTE REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA ELABORAÇÃO DO BOLETIM, MOJUÍ DOS CAMPOS, 22 DE JULHO DE 2011

Um agravante neste episódio é a forma como foi criado o Assentamento. Este assentamento compõe um conjunto de assentamentos criados de uma única vez sem obediência aos procedimentos legais exigidos para tal. Por conta disto desde sua criação o assentamento encontra-se em processo judicial. Além disto, o Assentamento longe de resolver o problema fundiário da área trouxe ainda mais revolta e indignação aos moradores do entorno da Hidrelétrica, isto porque, na ideia deles, eles foram vítimas das políticas oficiais, já que o modelo de assentamento criado não correspondeu as suas expectativas. Enquanto a questão não se resolve nem na justiça, nem no âmbito administrativo do INCRA, as comunidades continuam sofrendo assédio para venderem seus lotes e assim saírem desta situação de insegurança que tanto lhes incomoda. Em 2013 a imprensa de Santarém registrou o protesto na sede do INCRA de Santarém de 28 comunidades do Rio Moju, que pediam o cancelamento do PAC Bom Sossego.

11. Portaria nº- 87, de 27 de dezembro de 2006, publicada no diário oficial da união nº 249 de 29 de dezembro de 2006.

A luta permanente contra os danos causados pela implantação das hidrelétricas na região

A luta dos povos, comunidades tradicionais e trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa de seus direitos ameaçados pela construção de hidrelétricas na Amazônia, mobiliza toda a região do Tapajós que, fren-

te aos eminentes impactos socioambientais e ameaça a manutenção de sua cultura, de seu modo de vida e de sua relação com a natureza, se coloca em marcha contra a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Carta de Itaituba

CENTRO DE FORMAÇÃO LARANJAL, ITAITUBA, 23 DE MARÇO DE 2013

SEMINÁRIO ITAITUBA – MARÇO DE 2013

Nós, movimentos sociais e populares, entidades, federações, associações, organizações e lideranças abaixo assinados, presentes no encontro que reuniu os Povos do Tapajós, realizado no dia 23 de março de 2013, na cidade de Itaituba, Estado do Pará, debatemos e deliberamos pela construção e realização de um processo de luta unificada em defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, dos direitos territoriais, da floresta e dos povos amazônicos.

O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia, de grandes obras de infraestrutura, como o Complexo Hidrelétrico Tapajós e grandes projetos como a expansão dos monocultivos, não trazem o prometido “desenvolvimento” para a região. Entendemos que esses projetos, na verdade, servem para atender os interesses de grandes empresas nacionais e internacionais, são implantados sem o consentimento do povo da Amazônia e acabam por destruir as formas locais de vida, pois geram grandes danos ambientais e se apropriam de terras que são reivindicadas por indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Assim, o nosso entendimento comum é que esse modelo de desenvolvimento intensifica a ofensiva do capitalismo sobre os territórios e os recursos naturais da Amazônia; as violações de direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais tudo com a conivência do Estado brasileiro.

Dessa forma, contrário do que alega o governo, nesse modelo não há participação democrática das populações locais. O licenciamento ambiental do Complexo Tapajós, por exemplo, segue violando os direitos de participação e informação das comunidades e populações urbanas afetadas. O processo segue sem a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada das comunidades afetadas, o que é exigida pela Convenção 169 da OIT, a qual o Estado brasileiro é signatário e que goza de status materialmente constitucional, em razão dos direitos que assegura.

Diante da falta de consulta prévia às comunidades afetadas e de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) o Ministério Público Federal em Santarém pediu a suspensão dos estudos da UHE de São Luiz do Tapajós (processo n. 3883-98.2012.4.01.3902). A Justiça Federal de Santarém em 19 de novembro de 2012, proferiu decisão judicial em que proíbe a concessão de licença ambiental prévia para a construção da usina. No entanto, decisão judicial tem sido ineficaz na medida que as empresas continuam a entrar nos territórios das comunidades para realizar estudos e levantamentos, sem um amplo debate democrático sobre a implementação do complexo tapajós e sem o cumprimento do direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e populações tradicionais.

Nesse sentido, de modo a prevenir o agravamento dos conflitos na região, exigimos a tomada de providências pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, a fim de que seja determinada a imediata suspensão dos trabalhos e dos estudos para a construção da UHE de São Luiz do Tapajós, até que seja realizada de maneira efetiva, e com garantia dos direitos, da opinião e da vontade das comunidades afetadas, a consulta livre, prévia e informada sobre os rumos do desenvolvimento na nossa região.

ENTIDADES, MOVIMENTOS E POVOS QUE ASSINAM A PRESENTE CARTA

ACOGLEC – Associação das comunidades da Gleba Curumucuri – Juruti/PA

Associação de Mulheres do Município de Aveiro/PA

Associação Indígena Açaizal Sagrada Família – Santarém/PA

Associação indígena PUSSURU – AIP – Jacareacanga/PA

Associação indígena Pahyhyt – Itaituba/PA

Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade São Francisco

CPT – Comissão Pastoral da Terra BR-163 e Santarém

Comissão Justiça e Paz – Município de Placas/PA

CITA – Conselho Indígena Tapajós Arapiuns

FOQS – Federação das Organizações Quilombolas de Santarém

FDA – Frente em Defesa da Amazônia

GUATAMURU – Associação dos Extrativistas da Resex Renascer – Prainha/PA

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Aveiro/PA

Pastoral Social do Município do Município de Trairão/PA

Pastoral Social da Diocese do Município de Óbidos/PA

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Município de Itaituba/PA

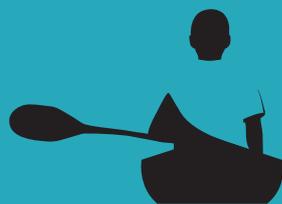
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Município de Aveiro/PA

SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Terra de Direitos – Organização em Direitos Humanos



As comunidades que vivem no entorno da UHE Curuá-Una ainda guardam a lembrança do que viveram quando da construção da obra na década de 1970. São constantes os relatos, ainda nos dias de hoje, de alagamentos, doenças, morte de animais, dificuldade com a pesca dentre outras consequências negativas que a obra trouxera para suas vidas. Passados mais de trinta anos, sem que quase nenhuma melhoria efetiva em suas vidas tenha ocorrido, o discurso do desenvolvimento volta a justificar uma ampliação da hidrelétrica e conseqüentemente de seus efeitos naquele lugar.



PROJETO

Mapeamento Social

ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



REALIZAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES
E TRABALHADORAS RURAIS
DE MOJÚÍ DOS CAMPOS –
SSTR MOJÚÍ DOS CAMPOS

